

COLEGIADA



LUCESP PROTOCOLO

1.556.110/08-0



COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS,
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008**

C.N.P.J. nº 02.846.056/0001-97

N.I.R.E. 35.300.158.334

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 16:00 horas do dia 10 de dezembro de 2008, na sede social da Companhia, na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. PRESENÇA: Presente a totalidade dos membros eleitos do Conselho de Administração da Companhia.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Valdemar Jorge Martins Mendes e como secretário o Sr. Marcus Rodrigo de Senna.

4. DELIBERAÇÕES: Os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme previsto no artigo 59, §1º da Lei 6.404/76, deliberaram:

4.1. Aprovar a 4ª emissão pública, pela Companhia, de debênture simples, em série única, da espécie com garantia flutuante, dispensada de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM nº 400, por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários, no montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Debênture" e "4ª Emissão"), observadas as condições mencionadas no item 4.1.1. abaixo.

4.1.1. Aprovar as condições da 4ª Emissão, conforme segue:

a. Valor Nominal. O valor nominal unitário da Debênture será de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

b. Quantidade de Debêntures e Número de Séries. Será emitida uma única Debênture, em série única, perfazendo o valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão.

c. Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão da Debênture será o dia da efetiva subscrição e integralização da Debênture ("Data de Emissão"). O prazo de vencimento da Debênture é de até 10 (dez) anos, contado da Data de Emissão ("Prazo de Vencimento").

d. Tipo, Conversibilidade, Espécie e Forma. A Debênture será simples, da forma nominativa e escritural, não conversível em ação, da espécie com garantia flutuante.

e. Colocação e Negociação. A Debênture será distribuída sob o regime de melhores esforços de colocação, com intermediação do Banco de Investimento Credit Suisse (Brasil) S.A. por meio do Sistema de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a Debênture liquidada e custodiada na CETIP. A Debênture deverá ser registrada para custódia no mercado secundário através do Módulo Nacional de Debênture ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, não sendo admitida sua negociação no mercado secundário, sem o prévio registro na CVM.

f. Remuneração. A Debênture renderá juros remuneratórios pré-fixados, correspondentes a 14,75% (catorze vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal da Debênture, a partir

da Data de Emissão e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização, de forma *pro rata temporis*.

g. Amortização. O Valor Nominal Unitário será pago em 3 (três) parcelas substancialmente iguais, no 8º, 9º e 10º aniversário da Data de Emissão.

h. Repactuação. Não haverá repactuação da Debênture.

i. Aquisição Facultativa. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir a Debênture em circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário da Debênture acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações. A Debênture objeto desse procedimento poderá ser cancelada, permanecer em tesouraria da Companhia ou ser novamente colocada no mercado.

j. Resgate Antecipado. Passados 24 (vinte e quatro) meses da Data de Emissão, a Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante prévia comunicação ao Agente Fiduciário, resgatar antecipadamente a Debênture em circulação pelo preço equivalente a soma entre (i) seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior a data do efetivo resgate e (ii) o Ajuste de Resgate Antecipado, conforme será definido na Escritura de Emissão.

k. Vencimento Antecipado. Serão considerados eventos de vencimento antecipado da Debênture desta Emissão, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão ou desde o pagamento da última remuneração, calculada *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento (o "Valor de Liquidação Antecipada"), quaisquer dos seguintes eventos:

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia ou contra uma




de suas Controladas Relevantes (conforme definido abaixo), no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado contra a Companhia ou contra uma determinada Controlada Relevante, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido de acordo com a Taxa de Conversão (conforme definida adiante), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados dos referidos protestos, (i) seja validamente comprovado pela Companhia que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (ii) for/forem cancelado(s) ou sustados, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;

- (b) pedido por parte da Companhia ou de qualquer uma de suas Controladas Relevantes de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Companhia ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Companhia formular pedido de autofalência;
- (c) liquidação, dissolução, extinção, insolvência, deferimento ou decretação de falência da Companhia ou de uma de suas Controladas Relevantes;
- (d) não pagamento, pela Companhia, das obrigações pecuniárias devidas ao Debenturista, nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de vencimento original;
- (e) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Companhia, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;



- (f) realização de redução de capital social ou amortização de ações da Companhia, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Companhia, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Companhia), após a data de assinatura da Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia do Debenturista, representado pelo Agente Fiduciário, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia em que a Companhia não seja a sociedade resultante da reorganização;
- (h) alienação do atual controle da Companhia sem prévia e expressa aprovação do Debenturista manifestada em Assembléia Geral de Debenturista ("AGD") especialmente convocada para esse fim, tendo "alienação" a definição do artigo 254-A, 1º da Lei das Sociedades por Ações e com base no artigo 2º da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002;
- (i) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão;
- (j) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido ou contestado e garantido pela Companhia no prazo legal;
- (k) o quociente obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, superar:

(i) Para cada trimestre até (e incluindo) o trimestre encerrado em 31



de março de 2011, 3,00 (três);

- (ii) Para cada trimestre após (e excluindo) o trimestre encerrado em 31 de março de 2011 e até (e incluindo) o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012, 4,00 (quatro);
 - (iii) Para cada trimestre após (e excluindo) o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 e até (e incluindo) o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2016, 3,50 (três vírgula cinquenta); e
 - (iv) Para cada trimestre após (e excluindo) o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2016, 3,00 (três).
- (I) o quociente obtido da divisão do EBITDA pelo Resultado Financeiro, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, ser inferior a, para cada trimestre até (e incluindo) o trimestre encerrado em 31 de março de 2011, 2,00 (dois).

Para estes fins, considera-se:

(I) “Dívida Líquida” a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, a Debênture, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, diminuído do somatório de (i) Disponibilidades (conforme definido abaixo) e (ii) saldo da conta ‘Conta Reserva’ registrada no Realizável a Longo Prazo das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia;

(II) “Disponibilidades” a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Companhia: “Caixa e Bancos”, “Aplicações Financeiras”, e “Conta Reserva”;

(III) “EBITDA” o valor calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (i) despesas de depreciação,

amortização e (ii) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Companhia; e

(IV) "Resultado Financeiro" as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial), deduzidas das receitas financeiras (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial) calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas), em bases consolidadas.

- (m) não pagamento, na data de vencimento original ou de vencimento antecipado ou, ainda, em qualquer data que venha a ser acordada pelas partes do contrato, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou acordo, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia ou qualquer Controlada Relevante, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado contra a Companhia ou contra uma determinada Controlada Relevante, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido de acordo com a Taxa de Conversão, ressalvada a hipótese de, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, serem suspensos os efeitos do inadimplemento;
- (n) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia ou qualquer Controlada Relevante, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido de acordo com a Taxa de Conversão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;
- (o) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 das Leis das Sociedades por Ações;




- (p) (i) perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção de qualquer concessão detida por qualquer Controlada Relevante, a não ser que referida Controlada Relevante represente menos do que 15% da Receita Bruta Consolidada da Companhia (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora) e, excluída aquela Controlada Relevante dos cálculos de EBITDA, os covenants financeiros dos itens (k) e (l) da cláusula 6.2.1 da Escritura de Emissão não sejam descumpridos; ou ainda, (ii) perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção de qualquer permissão ou autorização detida pela Companhia ou qualquer Controlada Relevante que resulte em um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações pecuniárias decorrentes da Emissão; exceto se, na hipótese dos casos (i) e (ii) acima, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal perda, caducidade, cassação, encampação, extinção de concessão, permissão ou autorização, a Companhia comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da referida concessão, permissão ou autorização;
- (q) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem prévia expressa anuência do Debenturista manifestada em AGD convocada para este fim;
- (r) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias relevantes prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão ou no Contrato de Distribuição;
- (s) a não realização da Comprovação dos Investimentos até o final do Período de Cura ou Período de Cura Adicional, conforme definido na Escritura de Emissão; e
- (t) a Companhia utilizar as notas fiscais/faturas comprobatórias dos Investimentos, como base de outro relatório de comprovação de

investimento com outra fonte de financiamento, ocorrendo a duplicação do lastro do financiamento.

4.1.2. As referências a “Controladas Relevantes” presentes nesta ata de RCA deverão referir-se às controladas da Companhia que representem 10% (dez por cento) ou mais da receita bruta consolidada da Companhia. Atualmente as Controladas que se enquadram neste conceito são: Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra”), Concessionária Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. (“AutoBan”), Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“ViaOeste”) e RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A (“RodoNorte”).

4.1.3. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a 4ª Emissão, incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, do agente fiduciário, do banco mandatário, da instituição escrituradora, consultores jurídicos e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização da 4ª Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e o registro da 4ª Emissão perante a CVM.

5. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente Ata, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 10 de dezembro de 2008. Sr. Valdemar Jorge Martins Mendes, Presidente da Mesa; Sr. Marcus Rodrigo de Senna, Secretário. Conselheiros: (1) VALDEMAR JORGE MARTINS MENDES; (2) ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES; (3) ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA; (4) EDUARDO BORGES DE ANDRADE; (5) FRANCISCO CAPRINO NETO; (6) GILBERTO AUDELINO CORREA; (7) RICARDO COUTINHO DE SENA; (8)



RODRIGO CARDOSO BARBOSA e; (9) SÉRGIO PADOVAN. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio.


Marcus Rodrigo de Senna

Secretário



SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 409.139/08-7
CRISTIANEIDA SILVA F. CORRÊA
SECRETÁRIA GERAL



SECRETARIA DA FAZENDA